

O PREÇO DA ELECTRICIDADE EM PORTUGAL QUE REVERTE PARA AS EMPRESAS ERA, EM 2009, JÁ SUPERIOR AO PREÇO MÉDIO DA UNIÃO EUROPEIA ENTRE 5,3% E 74% E MESMO ASSIM O GOVERNO AUTORIZOU MAIS UM AUMENTO DE 2,9%**RESUMO DESTE ESTUDO**

Depois de termos divulgados o quadro com os preços da electricidade em Portugal e na UE27 que está disponível no “site” da Direcção Geral de Electricidade e Geologia do Ministério da Economia, alguns leitores levantaram duvidas que resultaram desse quadro conter, para o mesmo país e o mesmo escalão de consumo, três preços diferentes (“com taxas e impostos”; “Sem IVA”; e “Sem taxas e impostos). Por isso, vamos neste estudo aprofundar e completar a análise feita, até porque o aumento de 2,9% no preço de electricidade vai custar aos portugueses, em 2010, mais 190 milhões de euros. Isto é grave quando a grande maioria deles já enfrenta graves dificuldades e a EDP já obtém elevados lucros (só nos primeiros 9 meses de 2009, portanto antes de qualquer subida de preços, a EDP arrecadou 835 milhões de euros de lucros, sendo 748 milhões de euros destinados aos accionistas, segundo a própria empresa)

No quadro divulgado, o que interessa analisar são os chamados “preços sem impostos e taxas”, pois são estes que revertem na totalidade para as empresas, constituindo a fonte dos seus lucros e, conseqüentemente, dos elevados dividendos que distribuem todos os anos aos seus accionistas. E isto porque os “preços com impostos e taxas” incluem uma parcela (os impostos e taxas) que não revertem para as empresas, mas sim para o Estado, e que dependem da política fiscal e parafiscal em cada país, e não das empresas.

Os dados divulgados pelo próprio Ministério da Economia que utilizamos mostram que **o preço da electricidade pago pelas famílias que reverte para as empresas de electricidade em Portugal (o chamado “preço sem impostos e taxas”), era, em 2009, já superior ao preço médio da União Europeia (27 países) também sem impostos e taxas: (1) Em +74% para as famílias portuguesas que consumiam até 1.000 KWh por ano; (2) Em +16,3% para as famílias portuguesas que consumiam entre 1000 KWh e 2500 KWh por ano; (3) Em +11,4% para as famílias portuguesas que consumiam entre 2500 KWh e 5000 KWh por ano; (4) Em + 7,9% para as famílias portuguesas que consumiam entre 5000 KWh e 15000 KWh ano; (5) Em + 5,3% para as famílias portuguesas que consumiam 15.000 KWh ou mais por ano.** Portanto, em 2009, os preços da electricidade em Portugal cobrados pelas empresas às famílias eram entre 5,3% e 74% superiores aos preços médios da União Europeia (Quadro I), sendo a diferença tanto maior quanto menor fosse o consumo da família, o que naturalmente contribui para agravar as dificuldades das famílias com baixos rendimentos. É sobre estes preços já bastante superiores aos preços médios da União Europeia que o governo, com base numa proposta da chamada Autoridade da Concorrência que está claramente refém das grandes empresas, autorizou um aumento de 2,9%, a que se tem depois ainda de adicionar os impostos e taxas. É evidente que esta subida vai determinar um sobrelucro para as empresas de electricidade, que só relativamente à EDP calculamos em mais 190 milhões de euros, que servirão para aumentar ainda mais os já elevados dividendos distribuídos aos seus accionistas, o que é um autêntico escândalo autorizado pelo governo.

Segundo o Relatório e Contas da EDP de 2008, os seus principais accionistas eram: PARPÚBLICA (com 20,49% do capital da EDP); IBERDROLA (9,5%); CGD (5,23%); CAJA DE AHORROS DE ASTURIAS (5%); José de Mello (4,82%); Grupo Millennium BCP (3,39%); BES (3,05%); Pictet Asset Management (2,86%); Sonatrach (2,23%); International Petroleum Investment Company (2% do capital da EDP). Também segundo o mesmo relatório da EDP (pág. 156), a repartição geográfica da estrutura accionista era, no fim de 2008, a seguinte: Portugal: 51%; Espanha: 15%; Inglaterra: 13%; Resto da Europa: 12%; EUA: 9%. Portanto, no fim de 2008, já 49% do capital da empresa era detido por grupos económicos ou indivíduos com residência no estrangeiro. É evidente que os principais beneficiários com o aumento dos preços da electricidade de 2,9% serão os grandes accionistas muitos deles estrangeiros.

Na semana passada divulgamos um quadro com os preços da electricidade que vigoraram, em 2009, em todos os países da União Europeia, quadro esse que se encontra disponível no “site “ da DGEG do Ministério da Economia. E acrescentamos o seguinte comentário : **“No 1º dia de Janeiro de 2010 os preços da electricidade para as famílias foram aumentados em 2,9% em Portugal sem justificação como provam dados divulgado pelo Ministério da Economia”.**

Alguns leitores levantaram duvidas resultantes do facto de, para cada país e para escalão, aparecerem três preços diferentes. Por isso vamos aprofundar a análise feita não só com o objectivo de esclarecer as duvidas surgidas mas também de completar o estudo feito porque outros leitores manifestaram interesse em conhecer os accionistas actuais da EDP que são os principais beneficiados com o aumento dos preços da electricidade, até porque uma jornalista de um canal de televisão, numa peça que elaborou, afirmou falsamente que a EDP era uma empresa pública.

Para tornar mais clara a explicação do quadro com os preços da electricidade, que se encontra também disponível em www.eugeniorosa.com, vamos copiar desse quadro apenas as linhas que contêm os preços da electricidade pago pelas famílias, em 2009, em Portugal e na União Europeia (preços médios).

QUADRO I - Preços Médios de Energia Eléctrica no Sector Doméstico na UE27 e em Portugal, em 2009, em Euros /KWh

PAÍS	DA- Famílias com consumo anual até 1000 KWh			DB - Famílias com consumo anual entre 1000 KWh e 2500 KWh			DC - Famílias com consumo anual entre 2500 KWh e 5000 KWh			DD - Famílias com consumo anual entre 5000 KWh e 15000 KWh			DE - Famílias com consumo anual igual ou superior a 15000 KWh		
	PREÇO DA ELECTRICIDADE NA UNIÃO EUROPEIA E EM PORTUGAL EM 2009 EM EUROS POR KWH														
	Com impostos e taxas	Sem IVA	Sem impostos e taxas	Com impostos e taxas	Sem IVA	Sem impostos e taxas	Com impostos e taxas	Sem IVA	Sem impostos e taxas	Com impostos e taxas	Sem IVA	Sem impostos e taxas	Com impostos e taxas	Sem IVA	Sem impostos e taxas
Preço em PORTUGAL	0,331	0,315	0,287	0,171	0,163	0,145	0,151	0,144	0,126	0,137	0,130	0,115	0,128	0,122	0,107
Preço Médio da União Europeia (27 países)	0,207	0,179	0,165	0,162	0,139	0,125	0,153	0,132	0,113	0,147	0,127	0,106	0,142	0,123	0,102
Preço de Portugal em relação preço médio da União Europeia	59,8%	76,5%	+74,0%	6,0%	17,3%	+16,3%	-1,3%	9,1%	+11,4%	-7,1%	2,4%	+7,9%	-9,6%	-0,5%	+5,3%

FONTE: Eurostat e Direcção Geral de Electricidade e Geologia do Ministério da Economia

Para se poder avaliar a situação das empresas de electricidade em Portugal, e os benefícios que obterão com o aumento do preço da electricidade em 2,9% autorizado pelo governo, interessa analisar os chamados “preços sem impostos e taxas”, que constam do quadro, pois são aqueles que revertem para as empresas, nomeadamente para o grupo EDP que domina o mercado da electricidade em Portugal, constituindo esse preço a fonte dos seus lucros e, conseqüentemente, dos elevados dividendos que distribui todos os anos aos seus accionistas. Portanto, são estes os preços que interessa analisar, pois os “preços com impostos e taxas” incluem uma parcela (os impostos e taxas) que não revertem para as empresas, mas sim para o Estado, que dependem da politica fiscal e parafiscal em cada país, e não das empresas.

E o que é que revelam os dados dos “preços da electricidade sem impostos” do quadro divulgado pela Direcção Geral da Energia do Ministério da Economia?

Esses dados, como o leitor rapidamente conclui de uma simples observação do quadro anterior, mostram que **o preço da electricidade pago pelas famílias portuguesas que reverte para as empresas de electricidade em Portugal (o chamado “preço sem impostos e taxas”), era, em 2009, já superior ao preço médio da União Europeia (27 países) também sem impostos:**

- Em +74% para as famílias portuguesas que consumiam até 1.000 KWh por ano;
- Em +16,3% para as famílias portuguesas que consumiam entre 1000 KWh e 2500 KWh por ano;
- Em + 11,4% para as famílias portuguesas que consumiam entre 2500 KWh e 5000 KWh por ano;
- Em + 7,9% para as famílias portuguesas que consumiam entre 5000 KWh e 15000 KWh ano;
- Em + 5,3% para as famílias portuguesas que consumiam 15.000 KWh ou mais por ano

Portanto, em 2009, os preços em Portugal cobrados pelas empresas de electricidade às famílias, de acordo com o próprio Ministério da Economia, eram entre 5,3% e 74% superiores aos preços médios da União Europeia, sendo a diferença tanto maior quanto menor fosse o consumo da família, o que naturalmente contribui para agravar as dificuldades das famílias com baixos rendimentos.

É sobre estes preços já bastante superiores aos preços médios da União Europeia que o governo, com base numa proposta da chamada Autoridade da Concorrência que está claramente refém das grandes empresas, autorizou um aumento de 2,9%.

Esta subida do preço da electricidade vai determinar um aumento de custos para portuguesas que avaliamos em mais de 190 milhões de euros em 2010, os quais irão aumentar naturalmente os lucros desta empresas e, conseqüentemente, os elevados dividendos que todos os anos distribuem aos seus accionistas. Tenha-se presente que só nos primeiros 9 meses de 2009, portanto antes do aumento dos

preços, a EDP arrecadou 835 milhões de euros de lucros líquidos, sendo previsto para os accionistas 748 milhões de euros (conforme consta do Relatório da EDP – 9 meses de 2009, pág. 3).

49% DAS ACÇÕES DA EDP ESTÃO JÁ NO ESTRANGEIRO E UMA PARTE IMPORTANTE DAS QUE ESTÃO EM PORTUGAL SÃO DETIDAS POR GRUPOS ECONÓMICOS

Numa peça feita por uma jornalista de um canal de televisão ela afirmou, certamente por não ter feito qualquer investigação, que a EDP era uma empresa pública. Isso é falso. A verdade é que era uma empresa pública que foi privatizada, sendo agora a maioria do capital privado e tem uma gestão privada. Foi precisamente após a privatização que os preços de electricidade dispararam em Portugal.

Assim, interessa repor a verdade, até para que fique claro também quem serão os maiores beneficiados com este aumento do preço de electricidade aprovado pelo governo.

As chamadas “participações qualificadas”, ou seja, os maiores accionistas da EDP, constam do Relatório e Contas de 2008. E é desse relatório que retiramos a seguinte informação.

PRINCIPAIS ACCIONISTAS DA EDP E PERCENTAGEM DE CAPITAL QUE POSSUEM:

• PARPÚBLICA – Participações Públicas, SGPS, S.A.	20,49% do capital da EDP
• IBERDROLA – Participações, SGPS, SA	9,50% do capital da EDP
• CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.	5,23% do capital da EDP
• CAJA DE AHORROS DE ASTURIAS (CajAstur)	5,00% do capital da EDP
• José de Mello – Soc. Gestora de Participações Sociais, S.A.	4,82% do capital da EDP
• Grupo Millennium BCP + FUNDO DE PENSÕES	3,39% do capital da EDP
• BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.	3,05% do capital da EDP
• Pictet Asset Management	2,86% do capital da EDP
• Sonatrach	2,23% do capital da EDP
• International Petroleum Investment Company (IPIC)	2,00% do capital da EDP

Portanto apenas 25,72% do capital da EDP é publico já que pertence à PARPÚBLICA (20,49%), que é uma empresa pública, e à CGD (5,23% do capital) que é um banco em que o único accionista é o Estado. Portanto, a maioria do capital da EDP é privado (74,28%), sendo já alguns dos principais accionistas grandes grupos económicos, logo serão eles os maiores beneficiados com o aumento do preço da electricidade aprovado pelo governo.

A agravar toda esta situação, e segundo também o Relatório e Contas da EDP de 2008, pág. 156, a repartição geográfica da estrutura accionista era, no fim de 2008, a seguinte:

• Portugal	51%
• Espanha	15%
• Inglaterra	13%
• Resto da Europa	12%
• EUA	9%

Portanto, no fim de 2008, já 49% do capital da empresa era detido por grupos económicos ou indivíduos com residência no estrangeiro, o que dá bem uma ideia do que significou, na prática, “ a criação de grupos económicos portugueses competitivos” que foi uma justificação, na altura, muito utilizada pelos defensores da privatização das empresas públicas.

Para terminar interessa ainda referir que o governo, com os 25,75 do capital da EDP que o Estado ainda detém nesta empresa, através da PARPÚBLICA e da CGD, também podia defender muito melhor os interesses dos portugueses, procurando impedir uma politica de preços que tem lesado profundamente os interesses da população. No entanto, o que tem acontecido é que o governo tem permanecido passivo, para não dizer submisso, perante uma gestão privado orientada fundamentalmente com objectivo de maximizar os lucros e também os dividendos distribuídos aos accionistas.

Eugénio Rosa
Economista
edr2@netcabo.pt
5.1.2010